

Comissão de Minas e Energia - Câmara dos Deputados

Audiência Pública

# Continuidade da obra de Angra 3

---

Tribunal de Contas da União  
(TCU)

Secretaria de Controle Externo de Energia e  
Comunicações (SecexEnergia)  
Unidade de Auditoria Especializada em  
Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica)

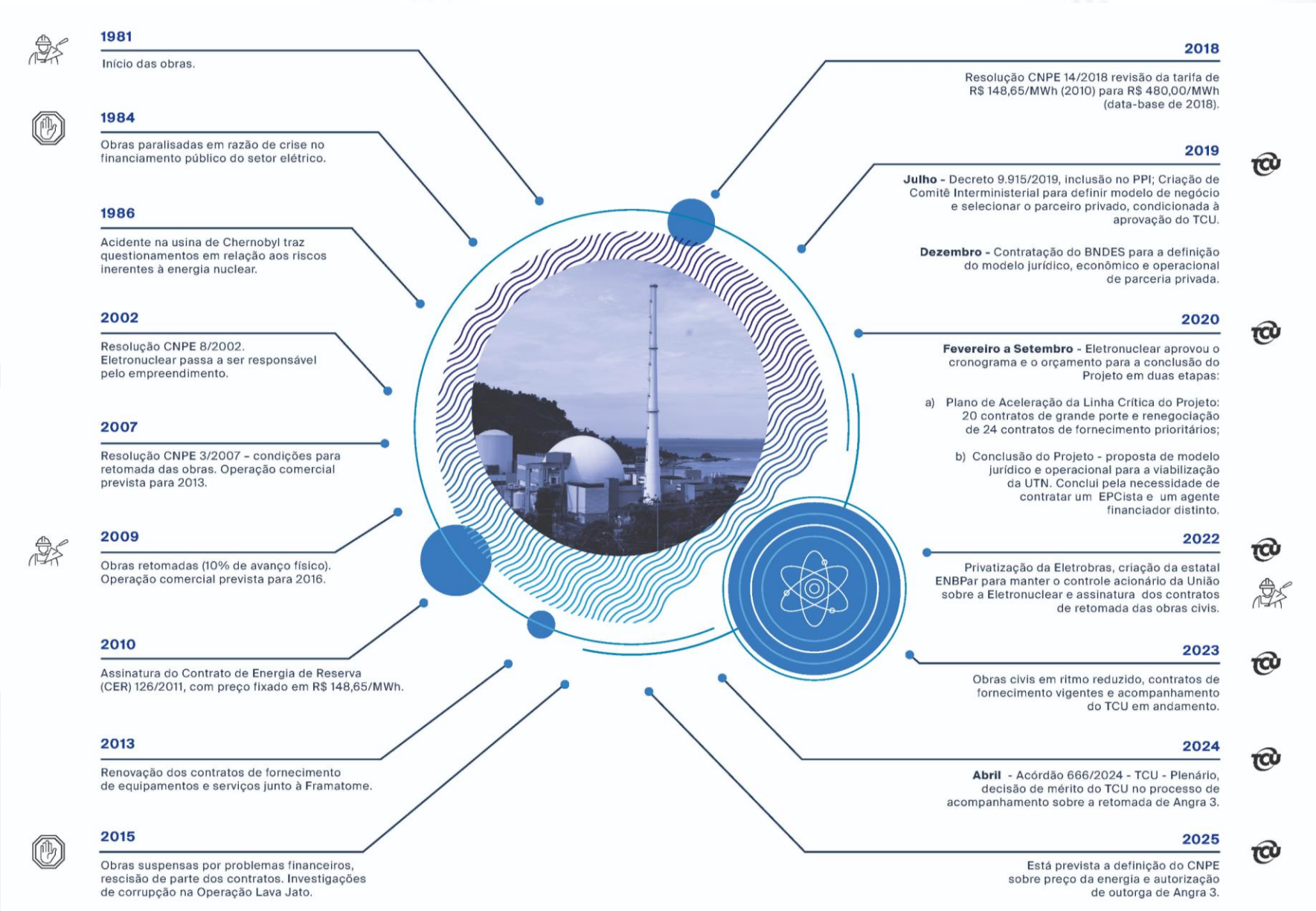
27/05/2025

## Requerimento 11/2025 - Dep. Júlio Lopes

---

“A continuidade da **obra de Angra 3** é um tema estratégico para a segurança energética do Brasil, exigindo **transparência** quanto ao cronograma, custos, modelo de financiamento e impacto no setor elétrico.

A audiência pública proporcionará um espaço de diálogo entre governo, setor produtivo e sociedade civil, garantindo maior **clareza sobre os desafios e soluções** para a conclusão do





## 1981 - 2007

- Início das obras
- **Obras paralisadas** em razão da crise financiamento do setor elétrico
- Acidente usina de Chernobyl
- Eletronuclear passa a ser a responsável pelo empreendimento
- CNPE – **condições para retomada das obras**. Operação comercial prevista para 2013



## 2008 - 2018

- **Obras retomadas** (2009)
- **Obras suspensas** (2015) por problemas financeiros, rescisão de parte dos contratos. Investigações de corrupção na Operação Lava Jato.
- Elevação/revisão da tarifa por resolução do CNPE (2018)

## 2019 - 2020

- Inclusão no PPI
- Comitê interministerial para definir **modelo de negócio** e parceiro privado, **condicionado à aprovação do TCU**.
- Contratação do **BNDES** para definir modelo jurídico, econômico e operacional de parceria privada.
- Eletronuclear – projeto em 2 etapas. **Contratar um EPCista e um agente financiador.**

## 2022 - 2025


- **2022** - Privatização Eletrobras, criação ENBPar, assinatura dos contratos de retomadas das obras civis.
- **2023** – Obras civis em ritmo reduzido, acompanhamento do TCU em andamento.
- **2024** – Acórdão 666/2024 (**decisão de mérito TCU**)
- **2025** – Prevista a definição do CNPE sobre preço da energia e autorização de outorga de Angra 3.



Destaque dado aos trabalhos da AudElétrica/TCU no Setor Nuclear no [Relatório do COI/CMO 2024](#).

Ofício CMO ao Presidente da República - alertas do TCU:

- 1. Atraso em fase críticas no Centena - rejeitos de material radioativo;
- 2. Omissão na estruturação da ANSN;
- 3. Baixa disponibilidade de recursos para a extensão da vida útil de Angra 1; e
- 4. Os efeitos da ausência de decisão definitiva sobre Angra 3 ...



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Of. n. 139/2024/CMO

Brasília, data conforme assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor  
**LUIS INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

Assunto: **Encaminha recomendações aprovadas pela Comissão constantes do Relatório nº 2/COI/CMO, de 2024.**

Senhor Presidente,


Tenho a honra de fazer chegar a Vossa Excelência as recomendações do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves – COI dirigidas ao Poder Executivo, constantes do Relatório nº 2/COI/CMO, de 2024, e que foram aprovadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização -CMO na reunião de 11/12/2024<sup>1</sup>:

I – alertar o Presidente da República, a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, de que **um conjunto de problemas interligados no setor nuclear vem de ser levantado pelo TCU e coloca riscos gravíssimos à sociedade e à economia, envolvendo:**

a) o atraso em fases críticas do projeto de implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (Centena), tais como a etapa de seleção do local do empreendimento, a elaboração de orçamento atualizado e cronograma adequado para a gestão de um projeto deste porte, assim como a precariedade da situação atual dos depósitos intermediários de rejeitos sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, **coloca em grave risco a capacidade do país de gerenciar e estocar adequadamente os rejeitos de material**

Os relatórios e votos correspondentes podem ser encontrados na íntegra nas páginas  
<https://www.congressonacional.leg.br/documents/137784508/144865417/Relat%C3%B3rio+COI+n+2+-+LOA+2025+-+CD248903295000-20241210.pdf/05513ede-1987-47b3-9689-ae4257bcd3d6> (Relatório e Voto) e  
<https://www.congressonacional.leg.br/documents/137784508/144865417/Adendo+ao+Relat%C3%B3rio+COI+n+2.pdf/5c1929a-72b4-4ce5-b9ba-c7f54d0660a4> (Adendo ao Relatório).

Câmara dos Deputados  
Ala C - sala 8 - térreo - 70.160-900 - Brasília/DF  
Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905  
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II)  
[www.camara.gov.br/cmo](http://www.camara.gov.br/cmo) [cmo@camara.gov.br](mailto:cmo@camara.gov.br)



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**nuclear**, especialmente tendo em vista a previsão de esgotamento da capacidade de armazenamento dos depósitos iniciais de rejeitos de Angra 1 em 2028;

b) **a omissão na estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) prevista na Lei 14.222/2021 e Decreto 11.142/2022, incluindo a formalização da cisão da sua estrutura em relação à CNEN e a nomeação do Diretor-Presidente e demais dirigentes, impede o cumprimento pelo país da Convenção de Segurança Nuclear de 1994 (ratificada pelo Decreto 2.648/1998) e compromete as atividades de fiscalização e controle da atividade nuclear nos termos da legislação pertinente;**

c) **a baixa disponibilidade de recursos financeiros destinados ao programa de extensão de vida útil da usina de Angra 1 (Programa LTO Angra 1) compromete ao atingimento de seus objetivos, com o risco de perda da energia atualmente produzida pela usina e de custos diretos de descomissionamento caso não seja**

d) **a ausência de uma decisão definitiva sobre a continuidade do empreendimento UTN Angra 3, inclusive quando a definição da tarifa respectiva, implica em prejuízos cada vez maiores à sociedade e à economia, tendo em vista que: os custos estimados para o consumidor de energia de continuar o projeto são maiores que os do seu abandono imediato (já incluídos o custo total de encerramento e o de produzir a mesma energia por outras fontes), contrariando o princípio da modicidade tarifária; numa eventual continuidade, a dependência de financiamentos-âncora a curto e médio prazo implica em riscos ainda maiores de elevação da tarifa de equilíbrio do projeto; o atual montante de recursos financeiros dedicados à execução provisória leva a atrasos no cronograma que tornam essa desvantagem financeira maior a cada mês.**

Esta Comissão, bem como o mencionado Comitê, permanecem à disposição para esclarecimento e aprofundamento dos tópicos acima mencionados.

Respeitosamente,

Deputado Julio Arcoverde  
Presidente

Câmara dos Deputados  
Ala C - sala 8 - térreo - 70.160-900 - Brasília/DF  
Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905  
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II)  
[www.camara.gov.br/cmo](http://www.camara.gov.br/cmo) [cmo@camara.gov.br](mailto:cmo@camara.gov.br)

I – alertar o Presidente da República, a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (...)

d) **a ausência de uma decisão sobre a continuidade do empreendimento UTN Angra 3,** inclusive quanto à definição da tarifa de respectiva, **implica em prejuízos cada vez maiores à sociedade e à economia,** tendo em vista que: os custos estimados para o consumidor de energia de continuar o projeto são maiores que os do seu abandono imediato – já incluídos o custo total de encerramento e o de produzir a mesma energia por outras fontes, contrariando o princípio da modicidade tarifária; numa eventual continuidade, a dependência de financiamento-âncora a curto e médio prazo implica em riscos ainda maiores de elevação da tarifa de equilíbrio do projeto; o atual montante de recursos financeiros dedicados à execução provisória leva a atrasos no cronograma que tornam essa desvantagem financeira maior a cada mês.



## Conclusão

---

- O TCU tem acompanhado há muito tempo os assuntos relacionados ao empreendimento de Angra 3.
- A ausência da decisão definitiva – de continuar, ou não – a obra de Angra 3 aumenta o problema.
- Espera-se que o CNPE tome sua decisão – qualquer que seja ela – de forma fundamentada e levando em conta as recomendações e demais deliberações do TCU sobre o tema, que visam **resguardar o consumidor de energia elétrica.**





# Obrigado!

Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia)  
[secexenergia@tcu.gov.br](mailto:secexenergia@tcu.gov.br)

Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica)  
[audeletrica@tcu.gov.br](mailto:audeletrica@tcu.gov.br)

Marcelo Leite Freire  
(Auditor-Chefe)  
[leitef@tcu.gov.br](mailto:leitef@tcu.gov.br)